



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

CAMPUS DE RIO PARANAÍBA

SERVIÇO DE MATERIAL

RODOVIA MG 230, KM 08 – ZONA RURAL – CEP: 38810-000 – RIO PARANAÍBA-MG

Fone: (34) 3855-9311 – E-mail: luciano.pereira@ufv.br**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS (SRP) Nº 353 / 2015**

Processo nº: 014374 / 2015

Data da Entrega: a partir da disponibilização do edital

Data de Abertura para lances: 11 de dezembro de 2015

Horário: 09h00 (nove) horas – Local: www.comprasnet.gov.br

O Serviço de Material da Universidade Federal de Viçosa – *Campus* de Rio Paranaíba, CNPJ 25.944.455/0001-96, mediante o Pregoeiro, designado pelo Ato nº. 09/2015/PPO de 21/05/2015, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local acima indicados fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA** para **REGISTRO DE PREÇOS (SRP)**, do tipo **MENOR PREÇO**, conforme descrito neste Edital e seus Anexos. O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei nº 10.520/2002, nos Decretos nºs 5.450/2005, 3.722/2001, 4.485/2002, 6.204/2007 e 7.892/2013 (regulamenta o Sistema de Registro de Preço) e 3.555/2000, alterado pelo Decreto 3.693/2000, na Lei Complementar nº 123/2006 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/1993, com suas posteriores alterações e pela IN/SLTI/MPOG nº 02 de 11 de Outubro de 2010, e pelas demais normas que dispõem sobre a matéria.

1 - DO OBJETO

- 1.1 Este Pregão tem por objeto a prestação de serviço de **LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LEVES, TIPO AUTOMÓVEL COM MOTORISTA, POR QUILOMETRO RODADO**, conforme especificado no Termo de Referência
- 1.2 O valor unitário e a quantidade estimada para o item desta contratação é de:

Item	Unidade	Valor Unitário	QUANTIDADE (UFV – Campus de Rio Paranaíba)
1	KM	R\$ 2,16	161.820

2 – DO ÓRGÃO GERENCIADOR

- 2.1 O órgão gerenciador será a Universidade Federal de Viçosa (UFV) – Campus de Rio Paranaíba - MG – (UASG 154051)

3 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 3.1 Os recursos do **Órgão Gerenciador** para cobrir as despesas decorrentes da aquisição objeto desta licitação estão consignados no Plano de Trabalho UFV de 2015, **(PTRES) 087825**, mediante emissão de Nota de Empenho, no Elemento de Despesa: **339039 – Serviço de Terceiro**.

4 - DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

- 4.1 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico (Decreto nº 5.450/2005), no site www.comprasnet.gov.br.
- 4.2 Os licitantes ou seus representantes legais deverão estar previamente credenciados junto ao órgão provedor, no prazo mínimo de 3 (três) dias úteis antes da data de realização do Pregão.
- 4.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico (Decreto nº 5.450/2005).
- 4.4 O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Universidade Federal de Viçosa, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros (Decreto nº 5.450/2005).

5 - DA PARTICIPAÇÃO

- 5.1 Poderão participar deste Pregão pessoas jurídicas:
- 5.1.1 Que estiverem previamente credenciadas no site www.comprasnet.gov.br;
- 5.1.2 Que desempenhem atividades pertinentes e compatíveis com o objeto deste Pregão;
- 5.1.3 Que atendam as condições exigidas neste edital e seus anexos.
- 5.2 Não poderão participar deste Pregão Empresa:
- 5.2.1 Que esteja suspensa de participar de licitação e impedida de contratar com a UFV, durante o prazo da sanção aplicada;
- 5.2.2 Que tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;
- 5.2.3 Que esteja impedida de licitar e contratar com a União, durante o prazo da sanção aplicada;
- 5.2.4 Que esteja reunida em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;
- 5.2.5 Estrangeira que não funcione no País;
- 5.2.6 Que não seja do ramo de atividade do objeto ora licitado – será realizada consulta “on-line” no SICAF, caso necessário;
- 5.2.7 Em processo de falência, recuperação judicial, extrajudicial ou de insolvência, ou sob outra forma de concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- 5.2.8 Que possua em seu quadro funcional servidor ou dirigente da Universidade Federal de Viçosa.
- 5.3 O licitante deverá declarar, em campo próprio do Sistema Eletrônico:
- 5.3.1 Que está ciente e concorda com as condições deste edital e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação aqui previstos;
- 5.3.2 A inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, de acordo com o § 2º, do art. 32 da Lei 8666/93;
- 5.3.3 Que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos,

nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei nº 9.854/99).

5.3.4 Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 16 de setembro de 2009.

5.4 As declarações somente serão visualizadas pelo pregoeiro na Fase de Habilitação.

6 - DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 6.1 A participação no pregão dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento do valor unitário e total de cada item cotado, contendo marca e modelo do produto, **a partir da disponibilização do edital no comprasnet** até o horário de abertura do pregão, horário de Brasília, exclusivamente por meio do sistema eletrônico (Decreto nº 5.450/2005).
- 6.1.1 AO CADASTRAR A PROPOSTA, O LICITANTE DEVERÁ, OBRIGATORIAMENTE, INCLUIR DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO OFERTADO E O SEU PREÇO, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO (ARTS. 21 E 22, §2º, DEC. 5.450/2005).**
- 6.1.2 A referida descrição detalhada deverá conter, obrigatoriamente, as especificações mínimas exigidas no Termo de Referência anexo ao edital, sob pena de desclassificação ou recusa da proposta incompleta, ainda que esta tenha sido copiada do comprasnet (“Relação de Itens”) em vez do edital e anexos.**
- 6.2 A proposta de preços do objeto licitado, item por item, será a que for colocada no sistema e, após a etapa de lances, o pregoeiro deverá imprimir e anexar ao processo.
- 6.3 Até a data e horário estipulado para o início da sessão pública de lances, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.
- 6.4 Prazo de validade da proposta, não inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da abertura deste Pregão.
- 6.5 Nos preços cotados deverão estar incluídas todas as despesas, de qualquer natureza incidentes sobre o objeto deste Pregão.
- 6.6 Não serão admitidos reajustes de preço, tendo em vista o Art. 2º, § 1º, da Lei nº 10.192 de 14 de fevereiro de 2001.
- 6.7 A quantidade mínima a ser cotada, por item, é de 100% do quantitativo estimado.

7 - DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

- 7.1 A partir das 09:00 horas (horário de Brasília) e em conformidade com o tópico 6.1 deste Edital, terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico, com a divulgação das Propostas de Preços recebidas, que serão analisadas e classificadas pelo pregoeiro, passando-se para a etapa de lances, conforme Edital e de acordo com o Decreto nº 5.450, publicado no D.O.U de 01 de junho de 2005.

8 - DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

- 8.1 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances para cada item cotado, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.
- 8.2 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos para cada item cotado, observado o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

- 8.3 O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema (§ 3º do art. 24, Decreto 5.450/2005).
- 8.4 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 8.5 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.
- 8.6 No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 8.6.1 O pregoeiro, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
- 8.6.2 Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão poderá ser suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do pregoeiro aos participantes.
- 8.7 A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de **ENCERRAMENTO ALEATÓRIO**, emitido pelo sistema aos licitantes, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 8.8 Após o encerramento da etapa de lances, o pregoeiro poderá encaminhar pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida proposta melhor, bem assim decidir sobre sua aceitação, podendo ser acompanhado pelas demais licitantes.
- 8.9 Quando não for possível a conclusão do certame durante a sessão pública, o pregoeiro dará início ao encerramento da etapa de lances, anunciando, posteriormente, o licitante vencedor.
- 8.10 **Imediatamente após o encerramento da etapa de lances o pregoeiro retirará a proposta do licitante no sistema e anexará no processo.**
- 8.11 **IMPORTANTE: O VALOR UNITÁRIO poderá ter no MÁXIMO TRÊS CASAS DECIMAIS, desde que o VALOR TOTAL não ultrapasse DUAS CASAS DECIMAIS, estando o pregoeiro autorizado a fazer arredondamento a menor.**

9 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

- 9.1 Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para a contratação e verificará a habilitação da licitante conforme disposições do edital.
- 9.1.1 As convocações via chat deverão ser prontamente respondidas pelo licitante no prazo estipulado pelo pregoeiro, podendo as ausências de resposta serem consideradas negativas.
- 9.2 Será declarada vencedora a licitante que ofertar o **menor preço** para cada item cotado.
- 9.3 Serão desclassificadas as propostas que não atendam as exigências, condições e/ou especificações estabelecidas neste edital.
- 9.4 Serão desclassificadas as propostas com preços excessivos ou comprovadamente inexequíveis.
- 9.5 Se a oferta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a verificação das condições de habilitação do proponente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto deste Edital, para o qual apresentou proposta.
- 9.6 No julgamento da habilitação e propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante

despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade para fins de habilitação e classificação.

9.7 CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA DESEMPATE ENTRE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE COM DEMAIS LICITANTES QUE NÃO O SEJAM:

- 9.7.1 Entende-se por empate aquelas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao menor preço.
- 9.7.2 Aplicada quando a melhor oferta válida, não tiver sido apresentada por microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP).
- 9.7.3 A preferência de que trata este tópico, proceder-se-á da seguinte forma:
- 9.7.3.1 Ocorrendo o empate, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela classificada em 1º lugar no certame, situação em que será adjudicado o objeto licitado em seu favor;
- 9.7.3.2 Na hipótese da não contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, com base no subtópico anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem em situação de empate, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- 9.7.3.3 No caso de equivalência de lances, os mesmos não serão considerados iguais, prevalecerá a ordem de apresentação pelos licitantes.
- 9.7.3.4 Após o encerramento dos lances, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de cinco minutos, sob pena de preclusão.
- 9.7.3.5 Não apresentada nova proposta no prazo fixado no subtópico anterior, serão convocadas as remanescentes microempresas e empresas de pequeno porte que porventura se encontrarem em situação de empate.
- 9.7.3.6 Na hipótese da não contratação de microempresa ou empresa de pequeno porte, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente de menor preço.
- 9.8 O pregoeiro poderá negociar diretamente com o(s) proponente(s) para que seja obtido o menor preço, conforme inciso XVII, do artigo 4º da Lei 10.520, de 17/07/2002.
- 9.9 Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.
- 9.9.1 A apresentação das novas propostas não prejudicará o resultado do certame em relação ao primeiro colocado.

10 - DA HABILITAÇÃO

- 10.1 Para habilitação dos licitantes, será exigida, exclusivamente, a documentação relativa
- 10.1.1 Habilitação Jurídica:
- 10.1.1.1 Registro Comercial, no caso de empresário individual;
- 10.1.1.2 Ato constitutivo, estatuto social ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade empresária, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, devidamente registrados;
- 10.1.1.2.1 Os documentos em apreço deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
- 10.1.1.3 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples ou Empresa

Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

- 10.1.1.4 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

10.1.2 Regularidade Fiscal:

- 10.1.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 10.1.2.2 **Prova de inscrição no cadastro do contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;**
- 10.1.2.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Nacional (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal – SRF e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN);
- 10.1.2.4 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (CND) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- 10.1.2.5 Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT).
- 10.1.2.6 **Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal, ambas do domicílio ou sede do licitante;**
- 10.1.2.7 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (Art. 43, da Lei Complementar 123/2006).
- 10.1.2.7.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o licitante proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, quando requerido pelo licitante, desde que não haja urgência na contratação ou prazo insuficiente para emissão do empenho, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 10.1.2.7.2 A não-regularização da documentação, no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 28 do Decreto nº 5450/05, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para efeito de contratação (emissão de empenho) ou revogar a licitação.
- 10.1.2.7.3 Comprovação de enquadramento em um dos dois regimes, na forma do disposto na Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.
- 10.1.2.8 A comprovação do tópico anterior poderá ser suprida, durante a sessão do pregão, no caso em que o pregoeiro puder comprovar tal situação em sítio oficial de qualquer esfera de governo, imprimir e juntar a declaração aos autos do processo.

10.1.3 Qualificação Econômica:

- 10.1.3.1 Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados mais de 3 (três) meses antes da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS - DISPONIBILIDADE INTERNA (IGP-DI), publicado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) ou de outro indicador que o venha substituir;
- 10.1.3.2 Serão considerados aceitos, como na forma da lei, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis apresentados, no caso de:
- 10.1.3.2.1 Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (Sociedade Anônima): fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial;
- 10.1.3.2.2 Sociedade Empresária Limitada (LTDA): por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente; ou fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis, devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante;
- 10.1.3.2.3 Sociedades criadas no exercício em curso: fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.
- 10.1.3.3 O Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis deverão estar assinados por Contador, ou profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;
- 10.1.3.4 A boa **situação financeira** será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), que deverá ser superior a 1,00 (um), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:
- $$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$
- $$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$
- $$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$
- a) As fórmulas deverão ser desenvolvidas e demonstradas em memorial de cálculos juntado ao balanço; caso o memorial não seja apresentado, o pregoeiro reserva-se o direito de efetuar os cálculos;
- b) Se necessária, a atualização do balanço e do capital social, deverá ser apresentada, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente;
- 10.1.3.5 Comprovação de valor mínimo de Patrimônio Líquido correspondente a 10 % (dez por cento) do valor estimado da contratação – exigida somente no caso de o licitante apresentar resultado igual ou inferior a 1,00 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC);
- 10.1.3.6 A licitante deverá apresentar certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor

da sede da licitante. A certidão que não estiver mencionando explicitamente o prazo de validade, somente será aceita com o prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua emissão.

- 10.2 O pregoeiro consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação aos subitens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, relativos à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e, conforme o caso, à qualificação econômica financeira, respectivamente, conforme disposto nos arts. 4º, *caput*, 8º, §3º, 13 a 18 e 43 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 11 de outubro de 2010.
- 10.2.1 O cadastramento no SICAF poderá ser realizado pelo interessado em qualquer unidade de cadastramento dos órgãos ou entidades da Presidência da República, dos Ministérios, da Autarquias e das Fundações que participam do Sistema Integrado de Serviços Gerais – SISG – localizados nas Unidades da Federação até o 3º dia útil que anteceder a data da abertura das propostas.
- 10.2.2 Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.
- 10.2.3 Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, o licitante será convocado, via “chat”, a encaminhar, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, que correrá apenas durante dias úteis, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação.**
- 10.2.3.1 Ressalvando o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte e das sociedades cooperativas, conforme estatui o art. 43, §1º da LC 123, de 2006 e de acordo com o inciso III do art. 43 da IN SLTI/MPOG Nº 2 de outubro de 2010.**
- 10.3 Procedida à consulta ao SICAF, será impressa declaração demonstrativa da situação do licitante, a qual será juntada ao processo de licitação.
- 10.4 Para fins de habilitação, a verificação em sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.
- 10.5 Havendo irregularidade no cadastramento do SICAF, e não sendo apresentada pelo licitante já cadastrado documentação atualizada e regularizada, o licitante será inabilitado.
- 10.6 Aceito o lance de menor valor e verificado o atendimento das exigências fixadas neste Edital, o pregoeiro anunciará o licitante vencedor.
- 10.7 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição ao requeridos neste Edital e seus Anexos.
- 10.8 A apresentação de declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos sujeitará o licitante às sanções previstas nos subitens 20.1 e 20.1.8 deste edital.

11 - DOS RECURSOS

- 11.1 Existindo intenção de interpor recurso, o licitante deverá manifestá-la ao pregoeiro por meio eletrônico, em formulário próprio, explicitando sucintamente suas razões, imediatamente após a divulgação do vencedor. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará na decadência do direito de recurso.
- 11.2 Demonstrada a intenção prevista no tópico anterior, o licitante disporá do prazo de 03 (três) dias para apresentação do recurso, por meio eletrônico (art. 26 do Decreto nº 5450/2005).
- 11.3 Os demais licitantes poderão apresentar contrarrazões em até 3(três) dias, contados a partir do término do prazo do recorrente, por meio eletrônico (art. 26 do Decreto nº 5450/2005).
- 11.4 A decisão do pregoeiro deverá ser motivada e submetida à apreciação da autoridade responsável pela licitação.
- 11.5 O acolhimento do recurso implica tão somente na invalidação daqueles atos que não sejam

passíveis de aproveitamento.

- 11.6 Qualquer recurso contra a decisão do pregoeiro não terá efeito suspensivo.
- 11.7 É assegurada aos licitantes vista imediata dos atos do Pregão na Diretoria de Material da UFV, com finalidade de subsidiar a preparação de recursos e de contrarrazões.
- 11.8 Os autos do processo permanecerão com vistas franqueadas aos interessados na Rodovia MG 230, Km 08, SERVIÇO DE MATERIAIS, Campus de Rio Paranaíba – CEP. 38810-000 – Rio Paranaíba – MG – Fone (34) 3855-9311 – e-mail: luciano.pereira@ufv.br
- 11.9 Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os que forem enviados por fax.

12 - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 12.1 A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo pregoeiro sempre que não houver recurso.
 - 12.1.1 O pregoeiro poderá encaminhar o processo ao setor que solicitou a aquisição ou outra área especializada da UFV, com vistas à verificação da aceitabilidade do item cotado, antes da adjudicação do certame.
- 12.2 A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

13 - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 13.1 A classificação será mantida durante 12 (doze) meses, a partir da data de publicação da Ata de Registro de Preços, exceto nos casos em que houver exclusão do SRP (Sistema de Registro de Preços), a título de penalidade imposta pela administração.
- 13.2 **Homologado o resultado desta Licitação, a Universidade Federal de Viçosa, convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços em até 10 (dez) dias úteis, que, publicada no D.O.U., terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.**
- 13.3 Alternativamente à convocação para comparecer perante a UFV, a Ata de Registro de Preços poderá ser encaminhada para assinatura do adjudicatário, mediante correspondência postal ou meio eletrônico, com aviso de recebimento (AR), para que seja assinada no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da sua data de recebimento.
- 13.4 O prazo para assinatura da Ata de Registro de Preço poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo licitante vencedor durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração da Universidade Federal de Viçosa.
- 13.5 Na data da assinatura da Ata de Registro de Preço, será exigida do licitante a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, bem como será consultado o CADIN.
- 13.6 Constará da Ata de Registro de Preços, todas as informações necessárias à:
 - 13.6.1 Identificação do processo;
 - 13.6.2 Caracterização do objeto;
 - 13.6.3 Identificação das empresas;
 - 13.6.4 Preços ofertados pelas classificadas, item a item;
 - 13.6.5 Direitos e responsabilidades das partes.
- 13.7 O registro de preços terá validade de **12 (doze) meses**, a contar da data de publicação da Ata

de Registro de Preços, no Diário Oficial da União.

- 13.8 A existência de preços registrados não obriga a Universidade Federal de Viçosa a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às Licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.
- 13.9 O Registro de Preços será precedido de ampla pesquisa de mercado.
- 13.10 Os preços registrados serão publicados trimestralmente, para orientação da Administração, no Diário Oficial da União.
- 13.11 Durante a validade do Registro, a Licitante Vencedora não poderá alegar indisponibilidade do material ofertado, sob pena de lhe serem aplicadas as Penalidades previstas neste Edital.
- 13.12 A Ata de Registro de Preços será lavrada em tantas vias quantas forem as Empresas classificadas.
- 13.13 A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador do registro de preços, será formalizada pelo órgão interessado, por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme disposto no art. 62 da lei nº 8.666/1993 (art. 15 do Decreto 7.892/2013).
- 13.14 É obrigatória a assinatura da Ata de Registro de Preços pelas partes envolvidas, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da convocação da Universidade Federal de Viçosa, aplicando-se, em caso de recusa em assiná-la, o disposto no § 3º do art. 27 do Decreto nº 5.450/2005.

14 - DA PARTICIPAÇÃO E ADESÃO AO REGISTRO DE PREÇO

- 14.1 A Universidade Federal de Viçosa, é o Órgão Gerenciador responsável pela condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preço e gerenciamento da Ata de Registro de Preço dele decorrente.
- 14.2 Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preço qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta à Universidade Federal de Viçosa – Órgão Gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei n.º 8.666/1993 e no Decreto n.º 7.892/2013.
- 14.3 Caberá ao **Fornecedor Beneficiário** da Ata de Registro de Preço, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, no caso da hipótese prevista na condição anterior, sem prejuízo dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.
- 14.4 Caso haja anuência do Fornecedor Beneficiário, cada órgão usuário poderá adquirir até 100% (cem por cento) dos quantitativos máximos registrados na Ata de Registro de Preço.
- 14.4.1 O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços NÃO poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preço para o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- 14.5. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

15 - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇO DO DETENTOR DA ATA

- 15.1 O detentor da Ata terá o seu registro de preço cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa:
- 15.1.1 A pedido, quando:
- a) Comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior; e
 - b) O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado.
- 15.1.2 Por iniciativa da UFV, quando:
- a) A licitante não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
 - b) A licitante perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
 - c) Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
 - d) A licitante não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preço;
 - e) A licitante não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preço;
 - f) Ficar caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes.
- 15.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a UFV fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos Proponentes a nova ordem de registro.

16 - DO CANCELAMENTO AUTOMÁTICO DO REGISTRO DE PREÇO

- 16.1 A Ata de Registro de Preços, decorrente desta licitação, será cancelada automaticamente:
- a) Por decurso de prazo de vigência;
 - b) Quando não restarem fornecedores registrados.

17 - DO CONTRATO

- 17.1 Em substituição ao termo de contrato, conforme disposto no parágrafo 4º do artigo 62 da Lei nº 8666/93, será emitida Nota de Empenho a favor do adjudicado, após a publicação do resultado da licitação e depois de transcorrido prazo sem interposição de recurso.
- 17.2 Após a homologação, o licitante vencedor será convocado para retirada/recebimento do empenho no prazo de até 10 (dez) dias úteis.**
- 17.3 Alternativamente ao recebimento ou à retirada da nota de empenho, a UFV poderá encaminhá-la para aceite do adjudicatário, mediante correspondência postal ou meio eletrônico, com aviso de recebimento (AR), para que seja aceito no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da sua data de recebimento.**
- 17.4 O fornecedor deverá disponibilizar os seguintes dados para a emissão do empenho: endereço, telefone/Fax, e-mail, nome do banco, da agência, número da conta-corrente e nome da praça de pagamento, caso não tenha cadastro de fornecedor com a UFV.
- 17.4.1 O endereço eletrônico (e-mail) fornecido, deve possuir tecnologia de aviso de recebimento, sob pena de considerar-se a licitante notificada para todos os efeitos jurídicos.**
- 17.5 Caso o licitante vencedor se recuse a retirar/receber o empenho no prazo acima estabelecido,

será convocado outro licitante, obedecida a ordem de classificação, para fazê-lo, sujeitando-se o licitante desistente às sanções administrativas descritas neste Edital.

18 – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 18.1 Os serviços deverão ser executados conforme as informações constantes no Termo de Referência.**

19 - DO PAGAMENTO

- 19.1 A Nota Fiscal/Fatura terá que ser emitida, obrigatoriamente, com o número de inscrição no CNPJ apresentado para a Habilitação, não se admitindo Notas Fiscais/Faturas emitidas com outros CNPJs, mesmo aqueles de filiais ou matriz, salvo se, no caso de tributos e contribuições das filiais, quando, a empresa estiver autorizada a centralizá-los em sua Matriz ou Sede;
- 19.1.1 Os documentos comprovando tal centralização deverão ser fornecidos pelos órgãos competentes, constando da documentação apresentada na Habilitação.
- 19.2 O pagamento será efetuado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de atestamento do documento fiscal, desde que atendidas as exigências do Edital e o disposto no § 1º do art. 3ª da IN 02 SLTI/MPOG de 11 de Outubro de 2010, mediante crédito em Conta corrente bancária da **FORNECEDORA**, através do Banco do Brasil S/A.
- 19.2.1 Conforme disposto no § 1º do art. 3ª da IN 02 SLTI/MPOG de 11 de Outubro de 2010, o Agente da **UNIVERSIDADE** fará a consulta junto ao SICAF (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores), previamente à contratação e antes de cada pagamento a ser feito para a **FORNECEDORA**, a qual deverá manter este seu Cadastro atualizado.
- 19.3 Considerar-se-á como último dia útil para pagamento, o de emissão da respectiva Ordem Bancária pelo SIAFI (Sistema da administração Financeira do Governo Federal).
- 19.4 O atestamento será feito pelo encarregado de receber o Objeto desta Ata, que só o fará após a constatação do cumprimento das condições estabelecidas.
- 19.5 No pagamento serão observadas as retenções, de acordo com a legislação e normas vigentes, no âmbito da União, Estado e Município.
- 19.6 Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela UFV, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:
- $$I = \frac{(TX/100)}{365}$$
- EM = I x N x VP, onde:
- I = Índice de atualização financeira;
- TX = Percentual da taxa de juros de mora anual = 6;
- EM = Encargos moratórios;
- N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
- VP = Valor da parcela em atraso.
- 19.7 Poderá ser deduzido da Fatura / Nota Fiscal o valor de multa aplicada. Uma vez adotados os procedimentos administrativos cabíveis, se julgada procedente a defesa da **FORNECEDORA**, o valor deduzido será devolvido.

- 19.8 Nenhum pagamento será efetuado à **FORNECEDORA** enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação.

20 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 20.1 Com fundamento no art.7º da Lei 10520/2002, ficará impedido de licitar e contratar com a União, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito à ampla defesa, sem prejuízo das demais cominações legais previstas neste edital, o licitante que:
- 20.1.1 Recusar-se a retirar/receber a nota de empenho, dentro do prazo estabelecido no tópico 17.2;
 - 20.1.2 Deixar de entregar documentação exigida no edital;
 - 20.1.3 Apresentar documentação falsa;
 - 20.1.4 Ensejar o retardamento da execução do seu objeto;
 - 20.1.5 Não manter a proposta;
 - 20.1.6 Falhar ou fraudar na execução do contrato;
 - 20.1.7 Comportar-se de modo inidôneo;
 - 20.1.8 Fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal;
 - 20.1.9 Recusar-se a assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo estabelecido no tópico 13.14.
- 20.2 Pelo atraso injustificado, inexecução total ou parcial do avençado, a UFV poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as multas fixadas a seguir, sem prejuízo de outras sanções prevista neste edital, e demais legislações aplicáveis à espécie:
- 20.2.1 Multa moratória de 0,1% (um décimo por cento) do valor da nota de empenho, por dia de atraso de sua execução.
 - 20.2.2 Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, no caso de sua inexecução total ou parcial, ou ainda, pela recusa injustificada em receber/retirar a Nota de Empenho.
 - 20.2.3 Multa de 10% (dez por cento) do valor da nota de empenho, no caso de descumprimento de qualquer outra obrigação aqui pactuada, observado o princípio da proporcionalidade.
- 20.3 A sanção de advertência pode ser aplicada à CONTRATADA juntamente com a de multa.
- 20.4 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 20.5 Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela UFV, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas nos tópicos 20.2 e 20.3.
- 20.6 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de impedimento de licitar e de contratar com a União, o licitante será também descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais.

21 - DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

- 21.1 Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados ao pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, para o e-mail: luciano.pereira@ufv.br (art. 19, Decreto 5.450/2005).
- 21.2 Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura das propostas, qualquer pessoa

poderá impugnar o ato convocatório de Pregão, exclusivamente por meio eletrônico, para o e-mail: luciano.pereira@ufv.br (Art. 18, Decreto 5.450/2005).

21.2.1 Caberá ao pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

21.2.2 Acolhida a petição contra o ato convocatório que implique modificação no edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas.

21.3 É conveniente a confirmação do recebimento do e-mail, através do telefone: (34) 3855-9311.

22 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 22.1 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do pregoeiro em contrário.
- 22.2 As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados.
- 22.3 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública do Pregão.
- 22.4 É facultada ao pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do mesmo desde a realização da sessão pública.
- 22.5 Os licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.**
- 22.6 Os licitantes assumirão todos os custos de preparação e apresentação de suas Propostas de Preços.
- 22.7 A homologação do resultado desta licitação não implicará em direito do licitante à execução do objeto.
- 22.8 A autoridade competente poderá revogar a licitação por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- 22.9 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Universidade Federal de Viçosa.
- 22.10 Para fins de aplicação da sanção administrativa constante do tópico 20.2.2 deste Edital, o lance é considerado proposta.
- 22.11 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão (Decreto nº 5.450/2005).
- 22.12 Os casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 10520/02, da Lei nº 8.666/93, com suas posteriores alterações.
- 22.13 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência

ANEXO II – Modelo de Requisição de Transporte

ANEXO III – Modelo de Relatório de Viagem

ANEXO IV – Modelo de Planilha para Estimativa de Custos

ANEXO V – Convenção Coletiva de Trabalho FETTROMINAS

ANEXO VI – Relação de Itens

ANEXO VII – Ata de Registro de Preço (Minuta)

23 - DO FORO

- 23.1 Para dirimir questões contratuais oriundas da presente licitação, fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Viçosa-MG, com exclusão de todos os outros, por mais privilegiados que se possam traduzir.

Viçosa, _____ de _____ de 2015.

Luciano Lopes Pereira
Pregoeiro

Procuradoria Federal

TERMO DE REFERÊNCIA
REGISTRO DE PREÇOS (SRP) Nº 353 / 2015

1. DO OBJETO

1.1 Registro de Preço para Contratação de Pessoa Jurídica especializada na prestação de serviço de transporte rodoviário, fornecendo 03 (TRÊS) AUTOMÓVEIS COM MOTORISTAS, no âmbito INTERMUNICIPAL E INTERESTADUAL, para execução de viagens destinadas a atender as necessidades da Universidade Federal de Viçosa, campus Rio Paranaíba/MG, referentes ao transporte de servidores, discentes e convidados da instituição, aferidas por quilômetro rodado, observados os detalhamentos técnicos, operacionais, especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

1.2 O objeto deste Termo de Referência se enquadra como serviço comum, para fins do disposto no artigo 4 do Decreto n.º 5.450, de 31 de maio de 2005, cabendo licitação na modalidade PREGÃO via REGISTRO DE PREÇO, na sua forma ELETRÔNICA, observado o disposto na Lei n.º 10.520, de 7 de julho de 2002; no Decreto n.º 3.555, de 8 de agosto de 2000; no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013 e suas alterações, na Lei n.º 8.666, 21 de junho de 1993, com suas alterações subsequentes.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1 A contratação visa suprir as demandas de transporte (operacionais, administrativas e pedagógicas) da Universidade Federal de Viçosa – Campus de Rio Paranaíba/MG, e dar continuidade à realização de atividades acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituam área de competência legal e institucional.

2.2 Busca-se contratar veículos de transporte de passageiros devido à impossibilidade de atendimento pleno à demanda com a frota própria.

3. DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

3.1 Os veículos a serem utilizados na execução dos serviços são especificados no quadro a seguir:

Item	Quantidade Estimada	Descrição	Valor Unitário	Quantidade Anual Estimada	Valor Total
01	03 veículos	Locação de AUTOMÓVEL, com motorista, conforme Termo de Referência	R\$2,035 / Km Rodado	161.820 km	R\$329.248,43
02	-	Custo de emissão de NF de Diárias para motoristas em viagem - Capital	R\$137,73 / Pernoite	30 diárias	R\$4.131,90
03	-	Custo de emissão de NF de Diárias para motoristas em viagem – Interior	R\$114,78 / Pernoite	141 diárias	R\$16.183,98
				TOTAL	R\$349.564,31

3.1.1 A estimativa de rodagem e diárias foi realizada a partir dos dados históricos de utilização de veículos no período 2014 – 2015, conforme registros do Serviço de Transportes da UFV-CRP.

3.2.1 A contratada deverá executar os serviços de transportes, utilizando, para tanto, veículos com as seguintes características mínimas:

3.2.1.1 Veículo tipo AUTOMÓVEL WAGON ou SEDAN, com no máximo 03 (três) anos de fabricação no início das atividades, considerando a data de fabricação, com capacidade para 04 (quatro) passageiros (exceto o motorista), veículo no mínimo 1.4 cilindradas, porta-malas de no mínimo 480 litros, equipado com direção hidráulica, ar-condicionado, sonorização AM/FM/MP3 e demais equipamentos obrigatórios exigidos pelo CONTRAN. Seguro completo com assistência 24 horas e manutenção por conta da prestadora de serviços.

3.2.1.1.1 NA NECESSIDADE DE EFETUAR O TRANSPORTE DE CRIANÇAS, A RESPONSABILIDADE POR PROVIDENCIAR O ASSENTO ADEQUADO AO CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA DE TRÂNSITO SERÁ DOS SEUS PAIS OU RESPONSÁVEL.

3.2.1.2 A contratada deverá dispor, no ato da assinatura do Contrato e durante toda sua vigência, de 03 veículos leves (automóveis) para atendimento à demanda, sendo veículos próprios, que se encontrem em perfeito estado de manutenção, conservação, limpeza e segurança, conduzidos por profissionais devidamente habilitados que atendam às exigências do Código Brasileiro de Trânsito.

3.2.1.3 Os serviços serão prestados de forma parcelada, conforme solicitação da CONTRATANTE, até o limite contratado e de acordo com as condições abaixo relacionadas:

3.2.1.3.1 Os veículos serão requisitados à CONTRATADA, com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis que antecedem a data da viagem, informando a data, horário, local de partida e de destino, mediante a emissão de Requisição de Transporte (ANEXO II).

3.2.1.3.2 Após o recebimento da solicitação da viagem, emitida pela CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente todos os prazos e horários constantes na Requisição de Transporte, sob pena de sanção administrativa e aplicação de multa.

3.2.1.3.3 A CONTRATANTE poderá cancelar requisições de transportes a qualquer momento, sem indenização à CONTRATADA.

3.2.1.3.4 Ficará a cargo do USUÁRIO RESPONSÁVEL PELA VIAGEM, designado pelo requisitante, o controle da quilometragem percorrida, que será anotada no Relatório Diário de Viagem – RDV (ANEXO III) ou na Requisição de Transporte, quando da saída do local de procedência e chegada ao local de destino.

3.2.1.3.5 Os automóveis que se destinam a viagens de curto e longo trajeto deverão permanecer no pátio do setor de transportes da Universidade Federal de Viçosa – Campus de Rio Paranaíba, na MG 230, KM 8 a 500 metros da rodovia.

3.2.1.3.6 Os veículos e motoristas deverão estar devidamente habilitados pelos órgãos competentes, segundo as normas e leis de trânsito, regulamentados pelo DENATRAN e DETRAN.

3.2.1.4 EM NENHUMA HIPÓTESE SERÁ ADMITIDO QUE VEÍCULOS REQUISITADOS PELA CONTRATANTE ATENDAM DEMANDAS DE TERCEIROS OU PRÓPRIA DA CONTRATADA.

3.3 Da Categoria Profissional

3.3.1 Os Motoristas deverão:

3.3.1.1 Ser alfabetizados, ter facilidade de comunicação, autodomínio, simpatia, iniciativa e aptidão física para desempenho das atribuições;

3.3.1.2 Possuir experiência mínima de 06 (seis) meses, comprovada através de documentação hábil (Carteira de Trabalho, Declaração de Órgãos ou entidades públicas ou de Pessoa Jurídica que atue no ramo de atividade pertinente ao objeto dessa contratação) na condução do veículo contratado;

3.3.1.3 Não será permitido condutor com CNH provisória.

3.3.2 Os motoristas deverão ter vínculo legal comprovado com a CONTRATADA.

3.3.2.1 O vínculo será demonstrado através da apresentação da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), ou da ficha de registro de empregado, ou de contrato de prestação de serviços, ou do contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio.

3.3.2.2 Apresentar atestado de antecedentes criminais dos últimos 05 (cinco) anos na localidade em que residiram das Justiças federal e estadual/Distrital;

3.4 Da Quilometragem Estimada para Execução dos Serviços

3.4.1 A contratação dos serviços se dará por quilometragem percorrida, SEM GARANTIA DE FRANQUIA MENSAL.

3.4.2 A quilometragem percorrida para cada viagem será calculada como ponto de partida o pátio do setor de transportes da Universidade Federal de Viçosa – Campus de Rio Paranaíba, na MG 230, KM 8 a 500 metros da rodovia.

3.4.3 O cálculo da quilometragem estimada a ser percorrida utilizará o Quadro de Distâncias Rodoviárias

do DNIT/MT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes do Ministério dos Transportes ou o aplicativo GOOGLE MAPAS.

3.4.4 Os serviços serão prestados de acordo com a demanda da CONTRATANTE.

3.5 Caso a procedência dos passageiros não seja de Rio Paranaíba-MG, a requisição não tenha sido cancelada e o veículo tiver deslocado para o local de embarque dos passageiros, e estes não se apresentarem, a CONTRATADA fará jus ao valor da viagem, de acordo com a quilometragem efetivamente percorrida.

3.5 Das diárias

3.5.1 Caso durante uma viagem seja necessário a PERNOITE do motorista, a CONTRATADA fará jus ao recebimento dos valores estipulados no item 3.1.

3.5.2 Caso a viagem a outro município não tenha pernoite mas seja de duração superior a meio período, a CONTRATADA fará jus ao recebimento de metade o do valor para uma diária.

3.5.3 As diárias serão pagas mensalmente pela CONTRANTE, a posteriori, mediante emissão de nota fiscal pela CONTRATADA e apresentação de comprovante de recebimento dos valores por parte de seus funcionários.

3.5.4 O valor considerado para o custo de emissão da nota fiscal das diárias foi calculando considerando o valor pago pela instituição no contrato vigente número 349/2012, atualizado pelo IPCA de setembro de 2015 e acrescido dos impostos incidentes sobre a emissão da nota fiscal específica, que será contabilizada como de serviços (PIS, COFINS, CSLL, INSS, IR e ISSQN).

3.6 Das despesas com pedágio, estacionamento e outros

3.6.1 As despesas com pedágio, estacionamento e outros, constam na planilha de formação de preços incluídas no item “Outros”.

4 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 Os recursos para cobrir as despesas decorrentes da aquisição objeto desta licitação estão consignados no Plano de Trabalho UFV de 2015, (PTRES) 087825, mediante emissão de Nota de Empenho, no Elemento de Despesa: 339039 – Serviços de Terceiros.

4.2 O valor máximo admitido para esta contratação é de R\$349.564,31 (trezentos e quarenta e nove reais, quinhentos e sessenta e quatro reais e trinta e um centavos).

4.3 Por se tratar de um contrato com duração máxima de apenas 12 meses, não haverá previsão para reajuste.

5 DO CONTROLE DA EXECUÇÃO

5.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da contratante, especialmente designados, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, e do art. 6.º do Decreto n.º 2.271, de 1997.

5.1.1 A fiscalização dos contratos, no que se refere ao cumprimento das obrigações trabalhistas, deve ser realizada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo, e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

5.2 O representante da contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

5.3 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

5.4 A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 2, de 2008, quando for o caso.

5.5 O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei n.º 8.666, de 1993.

5.6 O representante da contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos § 1º e § 2º do art. 67 da Lei n.º 8.666, de 1993.

5.7 O fiscal do contrato também poderá solicitar ao preposto que forneça os seguintes documentos:

- a) extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração contratante;
- b) cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o órgão ou entidade contratante;
- c) cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
- d) comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e

e) comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

5.8 Tal solicitação poderá ser realizada periodicamente, inclusive por amostragem, isto é, abrangendo, a cada ocasião, determinado quantitativo de empregados, de modo que, ao final de 12 (doze) meses de execução contratual, todos ou a maior parte dos empregados alocados tenham sido abrangidos ao menos uma vez.

5.9 O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela contratada, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei n.º 8.666, de 1993.

5.10 O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

5.11 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da contratante ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o art. 70 da Lei n.º 8.666, de 1993.

5.12 Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços ou em razão da dispensa de empregado vinculado à execução contratual, a contratada deverá comunicar de imediato ao gestor do contrato e entregar a seguinte documentação pertinente a cada trabalhador:

- a) termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
- b) guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
- c) extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado; e
- d) exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

5.13 Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

6 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 Fornecer à CONTRATADA, Requisição de Transporte, lista com nome completo e documento de identificação dos passageiros, bem como indicação do responsável por ocorrências que porventura acontecerem no decorrer da viagem.

6.2 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato, observados as condições deste Termo de Referência, ficarão a cargo de um representante designado pela Universidade, nos termos do artigo 67 da Lei n.º 8.666/93.

6.3 Dentre as competências do servidor designado para a fiscalização dos serviços, caberá:

6.3.1 Verificar, junto à CONTRATADA, se estão tomando todas as providências necessárias para o bom andamento dos serviços;

6.3.2 Dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços e de tudo dar ciência à CONTRATADA.

6.3.3 Emitir pareceres em todos os atos da empresa contratada relativos à execução do contrato, em especial na aplicação de sanções;

6.3.4 Conferir e atestar a quilometragem inicial e final dos veículos que vierem a prestar serviços a CONTRATANTE, com base no Relatório Diário de Viagem conferido e atestado pelo USUÁRIO RESPONSÁVEL PELA VIAGEM;

6.3.5 Atestar o documento fiscal, responsabilizando-se pelas informações nele contidas.

6.4.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços prestados com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação.

6.4.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre falhas ou irregularidades verificadas na prestação de serviços para que sejam sanadas;

6.4.4 Efetuar pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

6.4.5 A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da contratada:

7.1 Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente, observando as prescrições contidas na Lei n.º 9.503, de 23 de setembro de 1997, e alterações posteriores e suas regulamentações, inclusive os dispositivos legais que vierem a substituí-la, alterá-la ou complementá-la.

7.2 Disponibilizar os veículos imediatamente após o recebimento da autorização de início dos serviços, nos locais e horários fixados pelo contratante, informando, em tempo hábil, qualquer motivo que a impossibilite de assumir os serviços conforme estabelecido.

7.3 Providenciar a identificação do contratante, a ser colocada em local visível nos veículos, conforme logotipo a ser fornecido pelo órgão nos termos da Instrução Normativa n.º 3, de 15 de maio de 2008.

7.4 Arcar com as despesas relativas a combustível, troca de óleo, lubrificantes e demais suprimentos, bem como de lavagem de veículos, necessários ao fiel cumprimento do objeto sob o contrato.

7.5 Executar manutenção preventiva e corretiva dos veículos, incluindo os serviços de funilaria, pintura, troca de pneus, lubrificação, bem como substituição de peças desgastadas.

7.6 Manter a regulação dos veículos automotores, preservando as suas características originais para que sejam minimizados os níveis de emissão de poluentes, visando contribuir com o atendimento dos programas de qualidade do ar, observados os limites máximos de emissão de gases, conforme legislação vigente.

7.7 Substituir de forma imediata os veículos que não atenderem às condições estabelecidas no subitem 7.6, sob pena de aplicação das sanções estabelecidas no contrato, sem prejuízo das penalidades constantes da legislação aplicável.

7.8 Implementar soluções tecnológicas que permitam melhorias do controle de emissão de gases poluentes na atmosfera.

7.9 Manter os veículos automotores de modo a coibir a deterioração e a adulteração do sistema de escapamento que possam resultar em níveis de emissão sonora superiores aos padrões aceitáveis nos termos da legislação regente, normas brasileiras aplicáveis e recomendação dos manuais de proprietários e serviços do veículo.

7.10 Observar as normas relativas à segurança da viagem e ao conforto dos passageiros, bem como cumprir a legislação de trânsito e de tráfego rodoviário.

7.11 Comunicar à contratante, conforme o caso requeira, sobre fatos como obras e/ou impedimentos temporários e mudanças no sentido de tráfego, que impliquem na alteração de itinerários e horários.

7.12 Substituir de imediato e de forma automática os veículos que atingirem as idades máximas (em anos), além das fixadas no instrumento convocatório, contadas a partir da data dos correspondentes primeiros licenciamentos.

7.13 Realizar manutenção preventiva na periodicidade recomendada pela boa técnica e de acordo com as especificações do fabricante, mantendo os veículos em perfeitas condições de segurança, limpeza e higiene.

7.14 Substituir o veículo, a qualquer tempo, caso se faça necessário, por motivo de abaloamento, reparos mecânicos, má conservação, falta de condições de segurança, higiene ou limpeza.

7.15 Substituir o veículo, quando solicitado por escrito pelo contratante, no prazo previsto neste termo, a partir do recebimento da notificação.

7.16 Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando ao contratante os motoristas com funções legalmente registradas em suas carteiras de trabalho, com experiência mínima definida neste termo.

7.17 Observar a legislação pertinente aos serviços especializados em engenharia de segurança e em medicina do trabalho, relativos aos trabalhadores sob o contrato, responsabilizando-se integralmente por eventuais ocorrências inerentes à matéria.

7.18 Manter em serviço somente profissionais capacitados, portando crachá de identificação individual, no qual deverá constar o nome da contratada, n.º de registro, função e fotografia do motorista portador.

7.19 Comprovar formação técnica e específica dos motoristas dos veículos, mediante apresentação de habilitação expedida pelos órgãos competentes, segundo as normas e leis de trânsito, regulamentadas pelo DENATRAN e DETRAN.

7.20 Responsabilizar-se pela disciplina de seus empregados durante a jornada de trabalho e comprometer-se que eles manterão o devido respeito e cortesia, no relacionamento com o pessoal do contratante, observando o controle do regimento de trabalho e descanso dos motoristas, acompanhando e comprovando sua saúde física e mental.

7.21 Não permitir que qualquer motorista se apresente ao serviço com sinais de embriaguez ou sob efeito de substância tóxica.

7.22 Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato.

7.23 Providenciar treinamentos e reciclagem necessários para garantir a execução dos trabalhos dentro dos níveis de qualidade desejados.

7.24 Efetuar a substituição do motorista, de imediato, em eventual ausência, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho (dobra).

7.25 Comunicar ao contratante, quando da transferência e/ou retirada e substituição de motoristas dos

itinerários ou dos serviços.

7.26 Manter controle de frequência/pontualidade de seus empregados.

7.27 Fornecer uniformes e complementos adequados para o desenvolvimento das atividades, submetendo-os previamente à aprovação do contratante, sem ônus para seus empregados.

7.28 Fornecer vale-refeição/vale-alimentação aos seus empregados e demais benefícios previstos em Acordos ou Convenção Coletiva da categoria.

7.29 Assegurar que todo empregado que cometer falta disciplinar qualificada como de natureza grave não deverá ser mantido em serviço.

7.30 Atender, de imediato, às solicitações do contratante quanto às substituições de empregados não qualificados ou entendidos como inadequados para a prestação dos serviços.

7.31 Comunicar ao contratante toda vez que ocorrer afastamento, substituição ou inclusão de qualquer componente da equipe que esteja prestando serviços ao contratante. No caso de substituição ou inclusão, a contratante anexará os respectivos currículos, ficando a cargo do contratante aceitá-los ou não.

7.32 Fazer seguro e manter as apólices vigentes dos seguros contra terceiros e danos pessoais.

7.33 Manter cobertos por apólices os seguros legalmente obrigatórios.

7.34 Apresentar ao contratante, quando exigido, comprovantes de pagamento de salários, apólices de seguros contra acidente de trabalho e apólice de seguro do casco, contra terceiros e danos pessoais, quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias relativas aos seus empregados que estejam ou tenham estado a serviço do contratante, por força do contrato.

7.35 Assumir todas as despesas decorrentes de danos materiais causados aos veículos ou bens de terceiros, bem como danos pessoais aos seus ocupantes ou a terceiros, de sua responsabilidade.

7.36 Responsabilizar-se civil e criminalmente pelos danos causados ao contratante ou a terceiros, decorrentes da execução do contrato.

7.37 Responsabilizar-se por quaisquer multas de trânsito, ambientais, tarifas rodoviárias e hidroviárias, quando for o caso, durante a execução do contrato.

7.38 Disponibilizar veículos e empregados em quantidades necessárias para garantir a prestação dos serviços nos horários contratados, obedecidas as disposições da legislação trabalhista vigente.

7.39 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas,

todas as condições que culminaram em sua habilitação/qualificação na fase de licitação.

7.40 Prestar os esclarecimentos desejados, bem como comunicar ao contratante, por meio de líder ou diretamente, quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final dos serviços.

7.41 Observar as legislações vigentes sobre controle de poluição do meio ambiente, em especial as regulamentações do IBAMA, CONAMA, Secretarias Estaduais de Meio Ambiente e Secretarias Municipais de Meio Ambiente, quando houver, em especial a Lei nº 8.723/93, Resolução CONAM nº 16/9316, Portaria IBAMA nº 85/93, Legislação Estadual e Municipal, quando houver.

7.42 Manter programa interno de autofiscalização da correta manutenção da frota, quanto à emissão de fumaça preta, especialmente para os veículos a óleo diesel que integrem a frota utilizada na prestação dos serviços, sob pena de rescisão contratual.

7.43 Utilizar veículos movidos a combustíveis que causem menor impacto ambiental, visando à redução efetiva de emissões poluidoras à atmosfera.

7.44 Manter política de boas práticas ambientais na gestão de suprimentos especialmente quanto à aquisição e descarte de pneus, bem como dos resíduos dos processos de manutenção e limpeza dos veículos.

7.45 Observar as disposições contidas na Resolução CONAMA nº 41619, de 30 de julho de 2009, quanto à destinação final ambientalmente adequada de pneus.

7.46 A contratada, nos termos da legislação trabalhista e previdenciária, deve proceder às anotações e registros pertinentes a todos os empregados que atuarem nos serviços, assumindo exclusivamente todas as obrigações advindas de eventuais demandas judiciais ajuizadas em qualquer juízo que versarem sobre pleitos trabalhistas e/ou previdenciários propostos por empregados ou terceiros que alegarem vínculo com a contratada.

7.47 A contratada deve observar a legislação trabalhista, inclusive quanto à jornada de trabalho e a outras disposições previstas em normas coletivas da categoria profissional.

7.48 Não contratar parentes de servidores da UFV para execução dos serviços.

7.49 Efetuar o pagamento de eventuais diárias a seus motoristas, conforme legislação vigente.

8 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, e da Lei nº 10.520, de 2002, a contratada que:

8.1.1 Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

8.1.2 Ensejar o retardamento da execução do objeto;

8.1.3 Fraudar na execução do contrato;

8.1.4 Comportar-se de modo inidôneo;

8.1.5 Cometer fraude fiscal;

8.1.6 Não manter a proposta.

8.2 Comete falta grave, podendo ensejar a rescisão unilateral da avença, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e do impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002, aquele que:

8.2.1 Não promover o recolhimento das contribuições relativas ao FGTS e à Previdência Social exigíveis até o momento da apresentação da fatura;

8.2.2 Deixar de realizar pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio-alimentação no dia fixado.

8.3 A contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

8.3.1 Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a contratante;

8.3.2 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si;

8.3.3 Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

8.3.4 Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

8.3.5 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão ou entidade contratante, pelo prazo de até dois anos;

8.3.6 Impedimento de licitar e contratar com a União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

8.3.7 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a contratante pelos

prejuízos causados;

8.4 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a contratada que:

8.4.1 Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

8.4.2 Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

8.4.3 demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

8.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

8.6 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

8.7 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

9 DO PAGAMENTO

9.1 Pagamento será realizado mensalmente conforme utilização dos serviços mediante emissão de nota fiscal, que deverá ser atestada após conferência por servidor devidamente identificado como fiscal do contrato.

9.2 O pagamento das diárias deverá ser realizado a partir da emissão de nota fiscal específica, conforme itens 3.5.1 e 3.5.2.


10 DO RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES

11.1 O responsável pelas informações deste termo é o servidor Alysson Ribeiro Paiva, telefone +55 (034) 3855-9380, e-mail: alysson.paiva@ufv.br, que estará à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais, que se fizeram necessários, no horário das 8 às 12 e das 14 às 17, de segunda a sexta-feira.

Rio Paranaíba, ____ de _____ de 2015.


Elaborado por: Alysson Ribeiro Paiva – Administrador – Mat. UFV 10.720-4

ANEXO II – MODELO DE REQUISIÇÃO DE TRANSPORTE


UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA - CAMPUS RIO PARANAÍBA
SETOR DE TRANSPORTES
 TEL. : (34) 3855-9377 - (34) 3855-9378

RO12 - Nº	810										
Interessado	ALYSSON RIBEIRO PAIVA										
Email Interessado	alysson.paiva@ufv.br										
Celular	000000000										
Órgão	DIRETORIA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA										
Data de saída	01/09/2015										
Hora de saída	05:00										
Data de retorno	02/09/2015										
Hora de retorno	15:00										
Nº de Pessoas	0										
Transporte	PASSEIO										
Local de partida	MODELO										
Cidade de partida	MODELO										
Local de destino	MODELO										
Cidade de destino	MODELO										
Finalidade	MODELO										
Observações	MODELO										
Motorista	Cel. :										
Passageiros	<table border="1"> <tr> <td>Nome</td> <td>Endereço</td> <td>Bairro</td> <td>Celular</td> <td>Observações</td> </tr> <tr> <td colspan="5">Registros não encontrados</td> </tr> </table>	Nome	Endereço	Bairro	Celular	Observações	Registros não encontrados				
Nome	Endereço	Bairro	Celular	Observações							
Registros não encontrados											

ANEXO III – RELATÓRIO DIÁRIO DE VIAGEM

	Universidade Federal de Viçosa Pró-Reitoria de Administração Serviço de Transportes	RELATÓRIO DIÁRIO DE VEÍCULO	RDV					
① Data: ____/____/____		Hora da primeira partida: ____:____						
Km inicial: ____		Hora do último retorno: ____:____						
Km final: ____		Horas trabalhadas no dia: ____						
Km no dia: ____		Matrícula do motorista: ____						
		Assinatura do motorista: _____						
③ ABASTECIMENTO								
Hora	Odômetro	Gasolina	Álcool	Metanol	Óleo Diesel	Óleo Motor	Valor	
Totais de abastecimentos								
Outros gastos:		Total de outros gastos						
		Despesa total do dia						
④ UTILIZAÇÃO								
Partidas			Chegadas			Utilização Líquida		Visto dos Usuários
Local	Hora	Odômetro	Local	Hora	Odômetro	Tempo	Km	
⑤ DEFEITOS ACUSADOS								

014374/2015	

ANEXO VI – MODELO DE PLANILHA PARA ESTIMATIVA DE CUSTOS

014374/2015	

ANEXO V – CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO FETTROMINAS

014374/2015	

ANEXO VI – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
REITORIA

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 353/2015
PROCESSO Nº 0014374/2015

Pelo presente instrumento, de um lado a **UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA**, órgão gerenciador, fundação educacional instituída pelo Poder Público Federal, com sede em Viçosa, MG, "Campus" Universitário, inscrita no CNPJ sob o nº 25.944.455/0001-96, neste ato representada por sua Reitora, Profª. Nilda de Fátima Ferreira Soares, doravante denominada simplesmente **UNIVERSIDADE**, e, de outro lado a Empresa _____, com endereço à Rua _____, inscrita no CNPJ nº _____, por seu representante legal, doravante denominada simplesmente **FORNECEDORA**, nos termos do que dispõe a Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações e o Decreto nº 7.892/2013, firmam a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas, ficando acertado, desde já, que as especificações técnicas constantes do Processo acima citado, bem como todas as obrigações e condições descritas no Edital, no Termo de Referência, na Proposta de Preços e na Ata da Sessão do Pregão, integram esta Ata de Registro, para todos os efeitos, independente de transcrição.

1. DO OBJETO

- 1.1** O objeto desta Ata é o Registro de Preços dos itens _____, do Termo de Homologação, às fls. _____ do Processo Licitatório nº 009243/2015.
- 1.2** A descrição complementar dos itens encontra-se no tópico 3.1 do Termo de Referência (Anexo I).

Item	Unidade	Valor Unitário	UFV – Campus de Rio Paranaíba
	KM		
Total da Ata			

2. DA VIGÊNCIA

- 2.1** A presente Ata, firmada entre a UNIVERSIDADE e a FORNECEDORA, classificada no Processo Licitatório do SRP, terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de publicação do Diário Oficial da União.
- 2.2** Durante o prazo de validade desta Ata, a **UNIVERSIDADE** não ficará obrigada a efetivar as contratações que dela poderiam advir, ficando-lhe facultado a adoção de outros meios, respeitada a legislação vigente.

3. DA OBRIGAÇÃO DE MANTER AS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO OU HABILITAÇÃO EXIGIDAS NA LICITAÇÃO

- 3.1** As condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital e seus Anexos terão que ser mantidas durante toda a vigência da presente Ata pela **FORNECEDORA**, ficando facultado à **UNIVERSIDADE**, a qualquer momento, exigir a apresentação de parte ou totalidade dos documentos apresentados quando daquelas fases.
- 3.2** A **FORNECEDORA** fica obrigada a manter a regularidade fiscal e de habilitação jurídica no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores-SICAF

4. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 4.1** Os serviços serão prestados de forma parcelada, conforme solicitação da **UNIVERSIDADE**, até o limite contratado e de acordo com as condições abaixo relacionadas:
- 4.1.1** Os veículos serão requisitados à **FORNECEDORA**, com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis que antecedem a data da viagem, informando a data, horário, local de partida e de destino, mediante a emissão de Requisição de Transporte.
- 4.1.2** Após o recebimento da solicitação da viagem, emitida pela **UNIVERSIDADE**, a **FORNECEDORA** deverá cumprir rigorosamente todos os prazos e horários constantes na Requisição de Transporte, sob pena de sanção administrativa e aplicação de multa.
- 4.1.3** A **UNIVERSIDADE** poderá cancelar requisições de transportes a qualquer momento, sem indenização à **FORNECEDORA**.
- 4.1.4** Ficará a cargo do USUÁRIO REPONSÁVEL PELA VIAGEM, designado pelo requisitante, o controle da quilometragem percorrida, que será anotada no Relatório Diário de Viagem – RDV ou na Requisição de Transporte, quando da saída do local de procedência e chegada ao local de destino.
- 4.1.5** Os automóveis que se destinam a viagens de curto e longo trajeto deverão permanecer no pátio do setor de transportes da Universidade Federal de Viçosa – Campus de Rio Paranaíba, na MG 230, KM 8, a 500 metros da rodovia.
- 4.1.6** Os veículos e motoristas deverão estar devidamente habilitados pelos órgãos competentes, segundo as normas e leis de trânsito, regulamentados pelo DENATRAN e DETRAN.

5. DAS INFORMAÇÕES ADICIONAIS

- 5.1.** O compromisso será efetivado através da emissão da Nota de Empenho que, nas aquisições advindas do Sistema de Registro de Preços da **UNIVERSIDADE**, terá força de contrato.
- 5.2.** Após o recebimento da Nota de Empenho, a **FORNECEDORA** terá que atender o solicitado e emitir Nota Fiscal / Fatura do fornecimento efetivado, em nome da **UNIVERSIDADE**, devendo o material ser entregue no local, na forma e condição estabelecida no Edital e seus anexos.
- 5.3.** A **UNIVERSIDADE** rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com os termos do Edital, seus anexos e desta Ata.

6. DO FORO

- 6.1.** O Foro competente para conhecimento e solução das questões derivadas desta Ata, é o da Justiça Federal, Subseção Judiciária de Viçosa - MG, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- 6.2.** E, por estarem assim justas e contratadas, assinam a presente em 2 (duas) vias de igual teor, para um só efeito, depois de lida e achada conforme, para que se produzam os seus jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumpri-la em todos os seus itens, por si e seus sucessores, dando-o por firme, bom e valioso a qualquer tempo, em Juízo e fora dele.

Viçosa, _____ de _____ de _____.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
NILDA DE FÁTIMA FERREIRA SOARES
REITORA

FORNECEDORA

TESTEMUNHAS:

1) _____

Nome:

CPF:

2) _____

Nome:

CPF:

C:\Jurídica\Ata de Registro de Preços\Minutas\ Locação de veículos leves, tipo automóvel, com motorista, por km rodado. (Proc. 014374-2015- PE SRP 353-2015)